Grupo I

Responda, justificadamente, a três das seguintes questões:

1. A reforma dos forais reforçou a autonomia concelhia?

A resposta deve ser negativa.

Devem ser desenvolvidos, em correlação, os seguintes aspectos: a reforma manuelina dos forais no início do século XVI, a sua importância no contexto da organização administrativa; identificação das causas que levaram ao pedido dos povos em Cortes ainda no reinado de D. Afonso V; repetição do pedido no reinado de D. João II e ordem para a recolha dos forais; processo subsequente e concretização da reforma no reinado de D. Manuel I; juristas encarregues da reforma; devolução dos forais reformados (ditos novos); uniformização dos forais e consequências da reforma manuelina.

2. As Ordenações Manuelinas limitaram o bartolismo?

A questão permite uma resposta afirmativa ou negativa.

Devem ser desenvolvidos, em correlação, os seguintes aspectos: *Ordenações Manuelinas* e contexto em que surgiram; alterações ao título IX do livro II das *Ordenações Afonsinas* e, em especial, a limitação introduzida na aplicação da glosa de Acúrsio e da opinião de Bártolo pela opinião comum; opinião comum como filtro e critério de actualização ou como nova fonte (assim entendida pelos juristas posteriores); possível influência do Humanismo Jurídico ou consagração do bartolismo, com a utilização da opinião comum posterior a Bártolo mas fortemente alicerçada na sua obra.

3. Qual o método e/ou métodos adoptado/s pelos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 para os cursos de leis e cânones?

A resposta deve identificar um método principal e um método secundário.

Devem ser desenvolvidos, em correlação, os seguintes aspectos: breve enquadramento da reforma dos Estatutos da Universidade de 1772; novo método geral adoptado (sintético-demonstrativo-compendiário) como método principal e manutenção da utilização do método analítico, dirigido ao estudo dos últimos anos do curso; especial enfoque do Direito Romano e da concretização do *usus modernus* através da aplicação nas nações iluminadas e das obras dos jurisconsultos.

4. A legislação do Estado Novo resolveu a Questão Social?

Devem ser desenvolvidos, em correlação, os seguintes aspectos: contextualização histórica e identificação da *questão social* durante o século XIX,

em especial no contexto do tardio processo de industrialização português; as diferentes respostas à questão social e sua repercussão em Portugal (referência sucinta); a legislação especial como resposta à questão social; Estado Novo em Portugal e tentativa de aliciar os trabalhadores; a transformação político-jurídica e em especial a intervenção na matéria laboral, nomeadamente: Estatuto do Trabalho Nacional, proibição da greve; Sindicatos corporativos, Lei do Contrato de Trabalho de 1937.

Grupo II

Comente uma das seguintes frases:

- i. “[...] a recuperação das leis antigas não ocorre devido a exigência do conhecimento histórico ou do amor do passado ou simplesmente pela admiração da grandeza de Roma (por exemplo, observou-se como no mesmo período não há nenhum interesse pela literatura antiga), mas por fortíssimas exigências práticas.” (CHIARA VALSECCHI, *Storia del diritto medievale e moderno*, 2012/13, I, p. 27).

O texto deve ser comentado, tendo em conta o autor do mesmo, as suas afirmações e todos os elementos mencionados.

Aspectos a desenvolver e correlacionar:

- a) Direito prudencial e relação com o processo de renascimento do direito romano justiniano (“leis antigas”) e o trabalho realizado a partir dos textos desde o século XII em Bolonha e na restantes cidades da Península itálica; causas apontadas para a necessidade de recurso ao direito romano justiniano (“fortíssimas exigências práticas”) em diferentes planos: económico, político, demográfico, cultural; o contexto de renovação do século XIII;
 - b) Relevância da Universidade e da circulação de professores e estudantes; Escolas jurisprudenciais e seus representantes; *ars inveniendi* enquanto método analítico-problemático e como processo tópico.
- ii. “A lei não cria direitos, somente os reconhece, expressa e garante [...] a disposição da lei somente declara, que os direitos nos pertencem; que nós os adquirimos, collocando-nos no estado, em que ella reconhece taes direitos; e que todos os outros homens devem respeitar esses direitos.” (VICENTE FERRER NETO PAIVA, *Reflexões sobre os sete primeiros títulos do Livro Único da Parte I do projecto do Código Civil Português do sr. António Luiz de Seabra*, 1859, p. 32.).

O texto deve ser comentado, tendo em conta o autor do mesmo, as suas afirmações e todos os elementos mencionados.

Aspectos a desenvolver e correlacionar:

- a) O liberalismo e o seu enquadramento histórico-filosófico; individualismo, direitos individuais e a sua protecção; relevância da positivação como concretização de segurança jurídica e a lei como seu instrumento no reconhecimento, garantia e limitação dos direitos naturais;

- b) O movimento da codificação em Portugal, as suas influências, importância da pré-codificação e dos seus autores, entre os quais Vicente Ferrer Neto Paiva; a codificação e os direitos naturais, em especial no Código Civil de 1867; elaboração pelo Visconde de Seabra e discussão pública dos projectos; lei e direito natural; o caminho do monismo jurídico.

Grupo III

Comente os dois seguintes textos, **relacionando-os**:

- a) “E quando o caso, de que se trata não for determinado por Lei, stylo, ou costume de nossos Reinos, mandamos que seja julgado sendo materia, que traga peccado, per os sagrados Canones. E sendo materia, que nom traga pecado, seja julgado pelas Leis Imperiaes, posto que os sagrados Canones determinem o contrario. As quaes Leis Imperiaes mandamos sómente guardar pola boa razão em que são fundadas.” (*Ordenações Filipinas*, livro III, título LXIV).
- b) “Sendo-me presente, que a Ordenação do livro 3, titulo 64 no preambulo, que mandou julgar os casos omissos nas Leis Patrias, estylos da Côrte e costumes do Reino, pelas leis, que chamou Imperiaes, não obstante a restricção, e a limitação, finaes do mesmo preambulo contidas nas palavras – as quas Leis Imperiaes mandamos somente guardar pela boa razão, em que são fundadas –, se tem tomado por pretexto; tanto para que as allegações, e dicisões se vão pondo em esquecimento as Leis Patrias, fazendo-se uzo sómente das dos Romanos; como para se argumentar, e julgar pelas ditas Leis de Direito Civil geral [...]” (Lei de 18 de Agosto de 1769, §. 9).

A resposta deve comentar ambos os textos, contextualizando-os e relacionando-os (confrontando as afirmações dos textos **a** e **b**), e nesse comentário devem ser referidos os seguintes aspectos:

a) Contexto em que surgiram e se sucederam as *Ordenações* do reino; *Ordenações Filipinas* e título LXIV do livro III (manutenção do conteúdo do título V, livro II, das *Ordenações Manuelinas*): ordem de aplicação das fontes; em especial o papel do direito romano e a justificação para a sua aplicação (*boa razão* em que se fundava); consagração do direito romano nas *Ordenações* enquanto fonte aplicável na falta de solução no direito pátrio *vs.* primazia do direito romano na aplicação judicial, na produção literária e no ensino jurídico. *Ordenações* e pluralismo moderno.

b) Contexto da *Lei da Boa Razão*: o racionalismo jurídico; alteração na ordem de fontes aplicáveis em juízo; restrição do direito romano enquanto fonte geral na falta de direito pátrio, utilizando o texto das *Ordenações* para a exigência de conformidade com a *boa razão*, à luz do uso moderno, e/ou com os direitos natural, divino e das gentes; articulação do direito romano com as leis das Nações cristãs, iluminadas e polidas nas matérias económicas, políticas, mercantis e marítimas; *Lei da Boa Razão* e caminho para o monismo jurídico.